



Memorando 3- 15.330/2026

De: José T. - SAAE-1DE

Para: SAAE-QAGUA - Coordenadoria de Qualidade de Água - SAAE - A/C Luiza B.

Data: 11/09/2026 às 12:04:49

Setores envolvidos:

SAAE-1DE, SAAE-GC, SAAE-1PROC, SAAE-QAGUA, SAAE-COMPRAS, SAAE-8RHIDR

Falta de fornecimento de ácido fluossilícico

Prezada Senhora;

Diante do risco iminente de zerar o estoque do SAAE, do material químico ácido fluossilícico, somado à inércia do Ministério da Saúde em estabelecer os procedimentos a serem adotados por autarquias e concessionárias de tratamento e distribuição pública de água para o consumo humano, por consequência da escassez do material químico, flúor e seus derivados, no território brasileiro, bem como, em outras regiões do planeta, conforme informações obtidas na rede mundial de computadores, não resta outra alternativa, a não ser continuar fornecendo água fluoretada à população do município, ao custo que o mercado determina para o referido insumo, conforme pesquisas de preços e de produto realizadas pelo setor requisitante.

Ante ao acima exposto, defiro a aquisição pretendida, na forma da lei.

Atenciosamente.

—
José Nildo Moreira Tavares

Diretor Executivo

Anexos:

Conflito_no_Ira_causa_escassez_de_fluor_e_coloca_em_risco_a_saude_bucal_no_Brasil__Brasil_de_Fato.pdf
CT_SAM_discute_escassez_nacional_de_insumo_para_fluoretacao_da_agua_Fundacao_Agencia_das_Bacias_PCJ.
Fechamento_de_fabricas_e_guerra_podem_deixar_Brasil_sem_fluor_na_agua_tratada.pdf
Guerra_faz_insumo_essencial_para_tratamento_de_agua_sumir_do_mercado__CNN_Brasil.pdf
Saude_ainda_analisa_pedido_de_suspensao_temporaria_de_fluor_na_agua__CNN_Brasil.pdf

EMERGÊNCIA SANITÁRIA

Conflito no Irã causa escassez de flúor e coloca em risco a saúde bucal no Brasil

Altas de até 300% no custo levam três cidades em SC a cortar aplicação na água; outros estados sinalizam risco de cortes

18.AGO.2026 - 14:21 📖 SÃO PAULO (SP) 👤 LUÍS INDRIUNAS



Estação de tratamento de água com fluoretação. | Crédito: Grupo Alquimia/Divulgação

As empresas de saneamento básico de Joinville e Itajaí, em Santa Catarina,

RECUSAR

Tocando agora:

Nenhuma faixa
selecionada

0:00



0:00



produto e derivado do petróleo, cujos preços foram afetados pela guerra provocada pelos Estados Unidos e Israel **contra o Irã**.

O preço do produto chegou a aumentar 300% no mercado e o atraso do recebimento chega a três meses. Outras empresas do Ceará, São Paulo e Espírito Santo também têm alertado as autoridades sobre estoques para poucas semanas. A Abcon (Associação Brasileira das Empresas de Saneamento) tem sinalizado ao governo a necessidade de uma redução do flúor na água.

“Estamos em uma fase de emergência sanitária”, aponta o professor da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP-USP), Paulo Frazão, lembrando que o Brasil é **uma referência internacional no combate à cárie**, por causa do uso maciço do flúor.



Em nota, o Ministério da Saúde informou que acompanha a questão e “mantém diálogo permanente com entidades do setor para avaliar o cenário e orientar as medidas necessárias” e que faz “o mapeamento e contato com fornecedores nacionais e internacionais capazes de viabilizar aquisições emergenciais do insumo”.

A Sabesp informou que vem atuando de forma preventiva e em articulação com as autoridades para buscar alternativas que garantam a continuidade do fornecimento do insumo e que dispõe de estoque para manter a operação.

Gargalo e necessidade de autossuficiência

Com a obrigação legal do uso de fluoreto na distribuição de água desde 1974, o Brasil tornou-se referência por ter conseguido controlar a cárie dentária. Nos anos de 1950, havia onze cáries em média entre a população até os 12 anos de idade. Em 1986, a média caiu para seis ou sete **cáries para o mesmo grupo**. Hoje, são menos de dois dentes atacados entre as crianças.

Tocando agora:

**Nenhuma faixa
selecionada**

0:00

0:00

A crise atual aponta para a necessidade de uma ampliação da cadeia produtiva nacional de produtos como fertilizantes que garantam o enxofre. Além disso, as empresas de saneamento dependem de apenas uma companhia fornecedora do produto no país, dependendo de importação.

“Tem toda uma logística aí que precisa ser recuperada, que precisa ser olhada. Você precisa retomar essa cadeia produtiva, precisa buscar fontes alternativas para poder manter a proteção da dentição”, aponta Frazão.



Editado por: Gia Matheus Almeida



ALERTA

Cáries em adolescentes podem indicar doenças crônicas no futuro, diz estudo

Tocando agora:

Nenhuma faixa
selecionada

0:00

0:00



INTERNACIONAL

HORA DE MUDAR

Em meio à crise do petróleo, países discutem, na Colômbia, fim do uso dos combustíveis fósseis



INTERNACIONAL

IRÃ

Irã dispara contra curdos no Iraque enquanto Trump reivindica controle do Estreito de Ormuz

Tocando agora:

Nenhuma faixa
selecionada

0:00

0:00

BdF

Newsletter

Seu e-mail

Seu nome

ESCOLHA AS LISTAS QUE DESEJA ASSINAR:

☐ Editorial BdF ☐ Ponto ☐ Notícias da China

CADASTRAR

☐ LI E CONCORDO COM OS **TERMOS DE USO E POLÍTICA DE PRIVACIDADE**

QUEM SOMOS

PUBLICIDADE

CONTATO

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

POLÍTICA DE USO DE INTELIGÊNCIAS ARTIFICIAIS

Tocando agora:

**Nenhuma faixa
selecionada**

0:00

0:00

SOCIOAMBIENTAL

OPINIÃO

Bahia

Ceará

Distrito Federal

Minas Gerais

Paraíba

Paraná

Pernambuco

Rio de Janeiro

Rio Grande do Sul

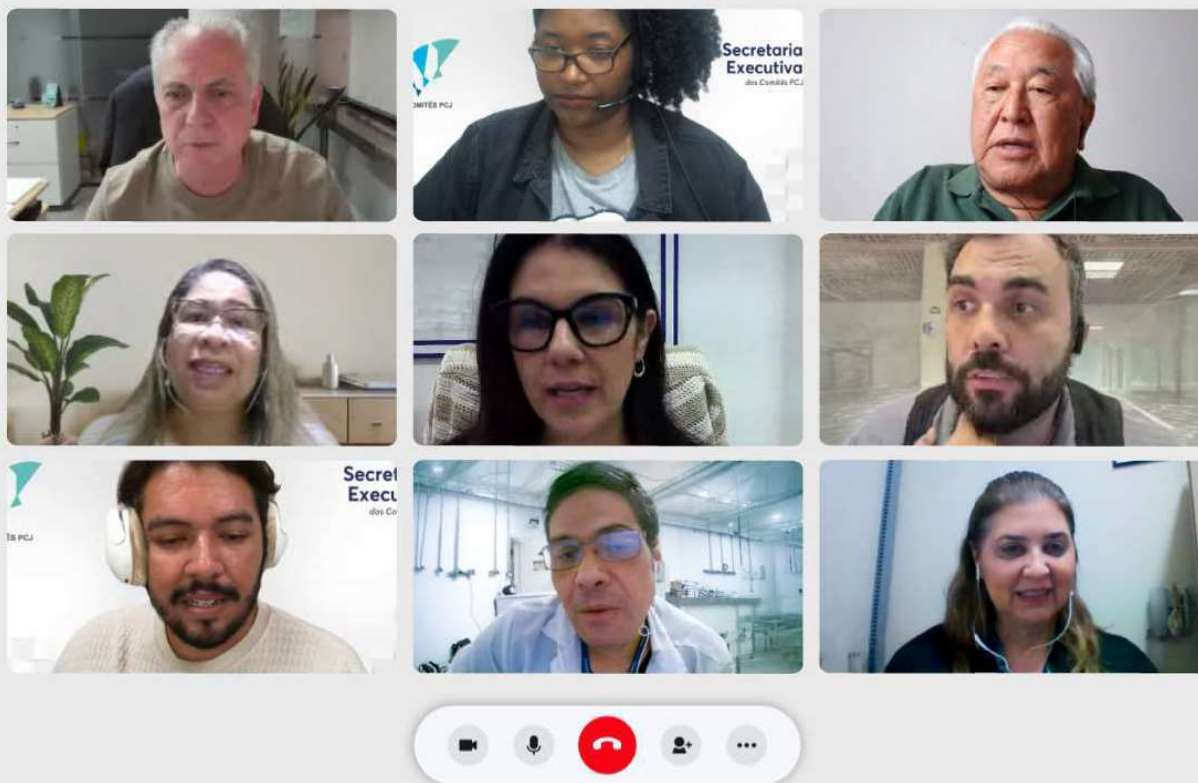
Todos os conteúdos de produção exclusiva e de autoria editorial do Brasil de Fato podem ser reproduzidos, desde que não sejam alterados e que se deem os devidos créditos.



(<https://agencia.baciaspcj.org.br/newscomitespcj/>)

| ÚLTIMAS

121ª CT-SAM



(<https://agencia.baciaspcj.org.br/wp-content/uploads/121a-CT-SAM.png>)

Utilizamos ferramentas e serviços de terceiros que utilizam cookies. Essas ferramentas nos ajudam a oferecer uma melhor experiência de navegação no site. Ao clicar no botão “Aceitar” ou continuar a visualizar nosso site, você concorda com o uso de cookies em nosso site.

Aceitar

CT-SAM discute escassez nacional de insumo para fluoretação da água



Coordenações da CT-SAM e da CT-SA devem se reunir com a Secretaria Executiva para definir possível posicionamento dos Comitês PCJ em relação ao assunto

A escassez nacional de ácido hexafluossilícico, insumo utilizado na fluoretação da água tratada, foi o principal tema da 121ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Saúde Ambiental (CT-SAM) dos Comitês PCJ, realizada na terça-feira, 25 de agosto. O encontro foi conduzido pela coordenadora da CT-SAM, Roseane Garcia, e contou com a participação do coordenador da Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA), Mateus Arantes.

Com o tema “Fluoretação da água diante da escassez de insumos: cenário atual, impactos e alternativas para os serviços de abastecimento”, a reunião recebeu os especialistas Sérgio Antônio Gonçalves, diretor-executivo da Aesbe (Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento), e Patrícia Regina Marques de Martino, presidente regional da Assemae (Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento) e diretora-superintendente do Departamento de Água e Esgoto de Santa Bárbara d'Oeste (DAE Santa Bárbara d'Oeste).

O Brasil enfrenta, neste ano, uma escassez do ácido hexafluossilícico, produto utilizado para adicionar flúor à água tratada. A situação levou entidades do setor de saneamento a recorrer à Justiça em busca da suspensão temporária da obrigatoriedade da fluoretação enquanto a cadeia de suprimentos não for restabelecida.

A fluoretação da água de abastecimento público é obrigatória por lei no Brasil desde 1974 e tem como objetivo contribuir para a prevenção da cárie dentária de forma coletiva e com baixo custo. A falta do insumo, no entanto, não compromete a potabilidade da água distribuída à população. Segundo os especialistas, o desabastecimento está relacionado aos impactos do conflito no Oriente Médio sobre a oferta global de enxofre e a cadeia de produção de fertilizantes fosfatados. O ácido hexafluossilícico utilizado na fluoretação da água é um subproduto dessa indústria. Com a paralisação de fábricas nacionais e as dificuldades na obtenção da matéria-prima, o produto tornou-se escasso no mercado, provocando também uma forte elevação dos preços.

Cenário nacional

Durante sua apresentação, Sérgio Antônio Gonçalves abordou a situação do fornecimento do produto no país, a dimensão do problema, os estoques disponíveis, as alternativas de aquisição e importação e as articulações realizadas junto ao Ministério da Saúde.

Segundo ele, a interrupção da produção pela empresa Mosaic provocou uma crise nacional de abastecimento, tornando necessária a criação de novas cadeias de importação. O processo, porém, pode levar de três a quatro meses para ser estruturado.

concorda com o uso de cookies em nosso site.

Assinado por: 1 pessoa: JOSÉ WILLIAM MOREIRA TAVARES
Para verificar a autenticidade das assinaturas, acesse <https://ga.c.c.c.br/verificar> e informe o código 992B55-027F8.



O diretor-executivo da Aesbe ressaltou que, além das questões logísticas, há a necessidade de verificar e certificar a qualidade do produto importado, uma vez que o insumo será utilizado no tratamento da água destinada ao consumo humano. Esse processo, segundo ele, dificulta a adoção de soluções imediatas.

Apesar de o setor ter solicitado reuniões e apresentado o problema ao Ministério da Saúde desde 18 de junho, tendo sido recebido pelo órgão em 23 de julho, até a data da reunião da CT-SAM, em 25 de agosto, não havia uma resposta formal ou uma solução para a situação.

“Uma de nossas associadas fez uma compra internacional que nunca chegou. Outra associada já comprou o produto, mas ele não chegou até agora, mesmo após mais de dois meses. Ainda estamos na expectativa para saber se essa cadeia de fornecimento é confiável. E, quando o produto chegar, será necessário analisar e certificar o lote para verificar se ele tem a qualidade necessária para uso no tratamento da água. Enquanto isso, o Ministério da Saúde não suspende a obrigatoriedade. Quem não está fazendo a fluoretação fica sujeito a sanções sanitárias, multas e até mesmo ao fechamento”, alertou.

Segundo Gonçalves, somente entre as associadas da Aesbe, são necessárias cerca de 42 mil toneladas anuais de ácido hexafluossilícico para manter a fluoretação da água conforme as normas vigentes.

Diante da falta de um posicionamento do Governo Federal, a Aesbe e a Abicon (Associação Brasileira das Empresas Concessionárias de Serviços Públicos de Água e Esgoto) ingressaram na Justiça solicitando a suspensão temporária da obrigatoriedade da fluoretação até o restabelecimento da cadeia de suprimentos, além da criação de uma sala de situação para acompanhar a crise.

Impactos nos municípios

Em sua apresentação, Patrícia Regina Marques de Martino abordou a realidade dos serviços municipais de saneamento, destacando os impactos da escassez nos municípios, as dificuldades de aquisição do produto, os problemas relacionados a contratos e licitações e a situação enfrentada pelos pequenos e médios prestadores de serviços.

Segundo ela, o cenário atinge municípios de diferentes portes. Cerca de 200 municípios associados à Assemac enfrentam problemas como desabastecimento, licitações fracassadas e insegurança jurídica diante de órgãos de controle.

A especialista destacou que os gestores têm capacidade limitada de atuação diante da situação. Ao mesmo tempo em que não podem penalizar fornecedores por situações de força maior, também não dispõem de um respaldo oficial do Ministério da Saúde para o eventual descumprimento das normas vigentes.

“Nós, aqui no DAE Santa Bárbara d'Oeste, tivemos uma conversa informal com um dos nossos fornecedores, que já estava tentando conseguir o produto, mas ainda não tinha nada concreto para oferecer. Ele chegou a dizer que o preço poderia passar de R\$ 400 para R\$ 14 mil a tonelada. É uma coisa astronômica. Como ficamos diante disso? Que respaldo temos para essa situação?”, questionou Patrícia.

Ela ressaltou ainda que a Assemae também já acionou o Ministério da Saúde, a Vigilância Sanitária e as agências reguladoras em busca de alternativas e orientações para os prestadores de serviços de abastecimento.

Posicionamento dos Comitês PCJ

Ao final da reunião, Roseane Garcia propôs ao coordenador da CT-SA, Mateus Arantes, uma reunião conjunta com o secretário-executivo dos Comitês PCJ, Denis Herisson da Silva, para definir um possível posicionamento dos colegiados sobre o assunto.

Entre as possibilidades que deverão ser discutidas está a elaboração e o encaminhamento de uma moção formal dos Comitês PCJ às autoridades competentes, com embasamento técnico de especialistas, alertando para a escassez do insumo utilizado na fluoretação da água.

Também poderá ser avaliada a elaboração de um documento oficial dos Comitês PCJ sobre a crise de abastecimento, com o objetivo de subsidiar gestores dos serviços de saneamento em suas relações com agências reguladoras e órgãos de fiscalização, além de chamar a atenção de outras instituições, como o Ministério Público (Gaema PCJ) para a gravidade da situação.

Próxima reunião e IX Seminário de Saúde Ambiental

A 122ª Reunião Ordinária da CT-SAM está agendada para o dia 27 de outubro e acontecerá junto com o IX Seminário de Saúde Ambiental dos Comitês PCJ.

Com o tema “Saúde Ambiental na prática: da prevenção à gestão de risco”, o evento será realizado das 8h30 às 13h, no auditório da DAE Jundiaí.

A programação prevê três imersões técnicas: a revisão do Guia de Plano Municipal de Segurança da Água; as Doenças Relacionadas ao Saneamento Ambiental Inadequado (DRSAI), tema que será apresentado pelo professor doutor Alexandre Pessoa Dias, da Fiocruz; e os requisitos laboratoriais para sistemas de abastecimento, com apresentação de Rogério Santamaria, da Sanasa.

O seminário também contará com o espaço “Pitch da Água”, destinado à troca de experiências entre os participantes e que será conduzido pela coordenadora-adjunta da CT-SAM, Cassiana Coneglian.

A programação completa ainda está sendo elaborada. A divulgação oficial deverá ocorrer a partir de outubro nas redes sociais das Agências das Bacias PCJ e nos sites das Agências.



Usamos cookies em nosso site para dar a você a experiência mais relevante, lembrando suas preferências e visitas repetidas. Ao clicar em "Aceitar", você concorda com a utilização de TODOS os cookies.

Configuração de Cookies

ACEITAR

ABASTECIMENTO

Fechamento de fábricas e guerra podem deixar Brasil sem flúor na água tratada

17/08/2026 - 05:12

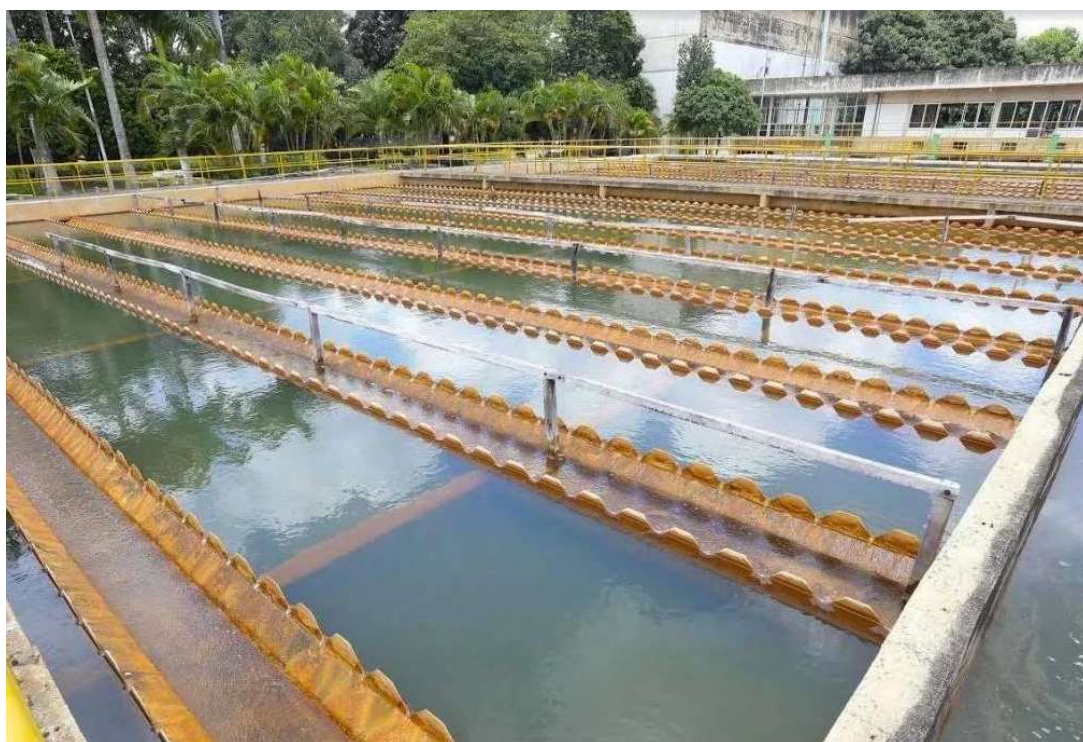
Ouvir o Artigo



~4:39

1.0x

 **Em resumo** ▾



O flúor é colocado no tratamento da água e, na quantidade certa, evita cáries. Foto: Compesa/Divulgação

DE SÃO PAULO – As empresas de saneamento estão com dificuldade de comprar o ácido fluossilícico, insumo utilizado na colocação do flúor na água potável, porque as duas empresas, instaladas no Brasil, que fabricavam o produto fecharam. E, no mercado internacional, o preço aumentou por causa da guerra dos Estados Unidos com o Irã. Com este cenário, a Associação Brasileira das Empresas de Saneamento (ABCON) pediu, às autoridades competentes, um prazo de 90 dias de isenção temporária da obrigatoriedade de fluoretação da água devido à escassez de ácido fluossilícico no País.



há viabilidade técnica nem econômica para realizar essa substituição. No início de junho, as companhias de saneamento foram informadas pelas empresas produtoras de que não haveria nova fabricação e de que restavam apenas os estoques existentes.

O setor identificou um fornecedor no Marrocos, mas afirma que precisa de tempo para homologar o produto, realizar testes de segurança, organizar a importação. Antes do produto estrangeiro ser utilizado no tratamento da água, as empresas precisam analisar, tecnicamente, as especificações do produto e verificar as condições de fabricação. “As empresas precisam visitar essas fábricas no exterior, verificar se elas fazem a fabricação da forma correta para evitar qualquer tipo de contaminação por esse produto”, afirma Carol.

>> [Siga o canal da Movimento Econômico no WhatsApp](#)

Segundo Carol, depois desses procedimentos, serão emitidos laudos atestando a segurança do produto. Além disso, o transporte entre o fornecedor no exterior e o Brasil leva entre 45 e 60 dias.

O produto estrangeiro, de acordo com Carol, também deve passar por uma adaptação necessária porque o similar encontrado no exterior é mais concentrado do que o utilizado atualmente pelas empresas brasileiras. Neste caso, o distribuidor terá de fazer a diluição para adequá-lo à especificação usada no país. Após essa manipulação, serão necessários novos testes e laudos para assegurar que não houve contaminação durante o processo e que o produto permanece adequado para ser adicionado à água.

A operação também exige logística especializada porque o ácido fluossilícico é corrosivo, precisando de cuidados específicos durante o seu transporte. Depois da chegada ao Brasil e da diluição, o produto terá de ser distribuído para estações de tratamento de água em diferentes regiões do país, do Amapá e de Roraima ao Rio Grande do Sul. “Estamos pedindo essa isenção temporária por 90 dias para que nós consigamos organizar essa cadeia sem sermos penalizados por isso”, destaca Carol, lembrando que a adição do flúor à água é uma obrigação definida em lei e que uso do produto, em quantidades adequadas, previne as cáries.



Diretora Técnica e Econômica da ABCON, Carol Marques, explica porque a guerra dos Estados Unidos contra o Irã impactou o preço do ácido fluossilícico (flúor) no Brasil. Foto: ABCON/Divulgação

Guerra dos Estados Unidos e Irã impactou o preço do flúor

A guerra dos Estados Unidos contra o Irã aumentou o preço do petróleo e isso chegou no preço do ácido fluossilícico (flúor). O conflito afetou o fornecimento internacional de enxofre, matéria-prima usada na fabricação do ácido sulfúrico, que, por sua vez, é usado na produção de fertilizantes fosfatados. Com a disparada do preço do enxofre, a produção de fertilizantes fosfatados foi afetada e, consequentemente, caiu a oferta de ácido fluossilícico, obtido como subproduto dessa cadeia. Quando diminui a oferta de um produto, o seu preço aumenta no mercado.

Segundo informações da ABCON, o preço do flúor registrou um aumento superior a 300% nos últimos meses. “O produto representava em torno de 1% do custo das empresas de saneamento e deverá passar para mais de 5% com o preço atual”, revela Carol. A ABCON procurou o Ministério da Saúde no início de junho para comunicar a crise e solicitar a suspensão temporária da obrigatoriedade da fluoretação.

Ainda de acordo com a ABCON, a interrupção temporária da fluoretação não compromete a qualidade, a segurança sanitária nem a potabilidade da água distribuída. A entidade considera a fluoretação uma política pública de saúde preventiva, mas sustenta que sua ausência temporária não altera os padrões de qualidade da água para consumo humano.

**A repórter viajou a convite da ABCON*

Leia também

[Brasil precisa ampliar concessões para universalizar saneamento, diz BID](#)



Guerra faz insumo essencial para tratamento de água "sumir" do mercado

Diante da escassez global do ácido fluossilícico, empresas de saneamento básico pedem ao Ministério da Saúde suspensão temporária de 90 dias da obrigatoriedade de fluoretação

Rafael Villarroel, da CNN Brasil, São Paulo

08/07/26 às 07:00 | Atualizado 12/07/26 às 19:52

Guerra faz insumo essencial para tratamento de água "sumir" do mercado | CNN INFRA NEWS



Compartilhar matéria



A guerra no Oriente Médio e seus desdobramentos sobre a cadeia global de suprimentos fizeram "desaparecer" do mercado doméstico um insumo considerado essencial para o tratamento de água.

O ácido fluossilícico, usado na etapa de fluoretação da água, enfrenta uma crise de escassez no Brasil. Diante da situação emergencial, entidades do setor estão mobilizadas e pedem ao Ministério da Saúde uma flexibilização temporária da obrigatoriedade da fluoretação até que o fornecimento seja normalizado.

A fluoretação é processo onde há a adição controlada de flúor na água destinada ao abastecimento público. A medida serve para fortalecer o esmalte dentário, reduzindo a incidência de cáries na população.

Historicamente, o produto utilizado no país era obtido no mercado nacional como subproduto da cadeia de produção de fertilizantes fosfatados, mas deixou de ser fabricado após a paralisação da produção pela indústria nacional, agravando o risco de desabastecimento.

Segundo fontes, matérias-primas para a fabricação do ácido estão menos disponíveis no exterior e dificultam toda a cadeia de suprimentos.

Em entrevista à **CNN**, Carol Marques, diretora técnica e econômica da Abcon (Associação Brasileira das Empresas de Saneamento), definiu a suspensão temporária por 90 dias, prazo considerado necessário para a criação de uma rede de importação do insumo, já que ainda não há perspectiva de retomada da produção nacional.



Leia Mais



Segundo fundo ligado a terras raras chega à B3 em menos de um mês



BNDES anuncia R\$ 377 milhões para Brado Logística expandir ferrovias



Antaq responde Casa Civil e Tecon 10 deve seguir parado, diz Cohen

Para a associação, o tempo seria suficiente para viabilizar a importação segura do insumo, que é corrosivo e exige uma logística específica de transporte e armazenamento.

A Abcon argumenta ainda que o cenário era imprevisível e defende que as empresas não sejam penalizadas enquanto buscam alternativas de fornecimento.

"A escassez do ácido fluossilícico é uma consequência imprevista da guerra entre Estados Unidos e Irã, que inviabilizou a produção nacional de fertilizantes fosfatados. O setor de saneamento não deve ser penalizado por uma situação excepcional e sobre a qual não tem controle", disse, em comunicado.



Segundo a diretora, uma eventual interrupção da fluoretação não compromete a potabilidade da água, e o tratamento continuará garantindo água limpa, descontaminada e própria para o consumidor.

Ainda segundo Carol, os estoques do produto estão se esgotando e as concessionárias já enfrentam dificuldades para adquirir o insumo no país, tendo que recorrer ao mercado externo.

Outros materiais utilizados pelo setor, como o sulfato de alumínio e o policloreto de alumínio, além de tubos de policloreto de vinila e polietileno de alta densidade usados na construção e reparo de redes, também enfrentam aumento significativo nos preços.

Em nota, o Ministério da Saúde afirmou que "o acesso à água fluoretada é uma determinação da Lei Federal nº 6.050/1974" e que o método é recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

"A medida reduz em cerca de 50% a prevalência de cáries na população. Os custos operacionais da fluoretação representam entre 0,2% e 0,6% do custo total do tratamento de água em cidades de médio e grande porte. Em São Paulo, por exemplo, esse custo foi estimado em cerca de R\$ 0,08 por habitante/ano", completou.

Siga a CNN Brasil no Google e receba as principais notícias do Brasil e do Mundo



Seguir no Google

Tópicos

CNN Brasil Money

Infraestrutura

Saneamento



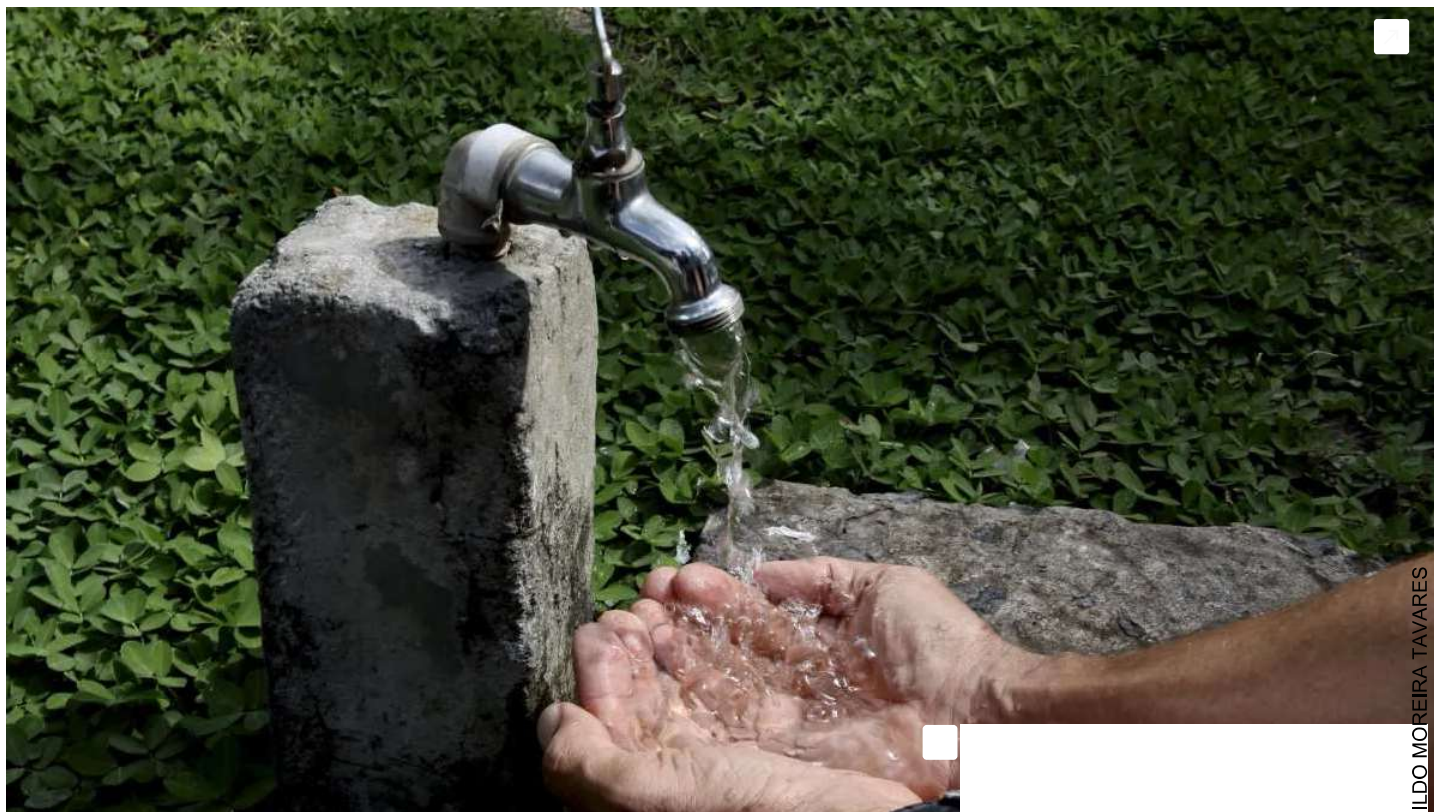


Saúde ainda analisa pedido de suspensão temporária de flúor na água

Setor de saneamento pede a interrupção por 90 dias da fluoretação na água por falta de insumo essencial para esse tratamento

Jenifer Ribeiro, da CNN Brasil, Brasília

20/08/26 às 04:00 | Atualizado 20/08/26 às 17:26



• Joa_Souza/GettyImages



Compartilhar matéria



O Ministério da Saúde informou que ainda analisa a possibilidade de suspender temporariamente a adição de flúor à água potável diante da escassez de ácido

fluossilícico, insumo utilizado no processo de fluoretação. Segundo a pasta, a medida depende de análises técnicas e da adoção de medidas de contingência.

Porém, na nota, o ministério não informou se a suspensão da fluoretação será adotada de fato ou em que prazo uma eventual decisão poderá ser tomada.

A discussão ocorre após a judicialização do tema. A Abcon (Associação Brasileira das Empresas de Saneamento) acionou, na quarta-feira (19), o TRF-1 (Tribunal Regional Federal da 1ª Região), no Distrito Federal, pedindo a suspensão temporária da fluoretação da água enquanto persistir a falta do insumo.

A escassez de ácido fluossilícico é uma consequência direta da Guerra no Oriente Médio. O produto é produzido a partir do fertilizante, substância que ficou escassa após o conflito. Com isso, as atividades do único fabricante nacional do ácido precisou ser paralisada, o que interrompeu a oferta do insumo no mercado brasileiro.

A associação afirma que tentou contato com o Ministério da Saúde em cinco ocasiões após identificar a falta do ácido no mercado, entretanto, a pasta ainda não adotou medidas capazes de enfrentar a escassez. Quando o produto deixou de ser fabricado, o estoque do insumo aumentou mais de 300%.

Por sua vez, o Ministério da Saúde afirmou que mantém diálogo com as entidades do setor e recebeu a Abcon e a Aesbe no dia 23 de maio para discutir o cenário e orientar sobre as medidas necessárias, além de apoiar o mapeamento de fornecedores nacionais e internacionais que possam viabilizar aquisições emergenciais".

A pasta disse ainda que monitora os estoques de ácido fluossilícico no país e informou que vai apoiar o mapeamento de fornecedores nacionais e internacionais para viabilizar a compra emergencial do insumo.

Siga a CNN Brasil no Google e receba as principais notícias do Brasil e do Mundo

 Seguir no Google

Tópicos

CNN Brasil Money

Infraestrutura

Ministério da Saúde

Saneamento

NOTÍCIAS RELACIONADAS

Saneamento cobra novamente governo por suspensão do uso de flúor na água | Blogs | CNN Brasil

Escassez de flúor leva setor de saneamento à Justiça | CNN Brasil

PESQUISAS RELACIONADAS

Tratamento Água Flúor 🔍

Teste de Fluor na Água 🔍

Contaminação Água Fl... 🔍

Alternativas Flúor Água 🔍

Qualidade Água Flúor 🔍



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 97A3-B88B-92B5-027F

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JOSÉ NILDO MOREIRA TAVARES (CPF 067.XXX.XXX-01) em 11/09/2026 12:07:27 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://garca.1doc.com.br/verificacao/97A3-B88B-92B5-027F>